

The background of the page features a stack of several books. The top book is open, showing its pages. In the foreground, a wooden gavel rests on a dark wooden sound block, and a dark pen lies horizontally to the right. The entire scene is set against a white background with soft shadows.

Capítulo 6

**O JOGO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO
DA HISTÓRIA E CULTURA DO POVO LAKLÃNÕ
XOKLENG**

O JOGO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA DO POVO LAKLÃNÕ XOKLENG

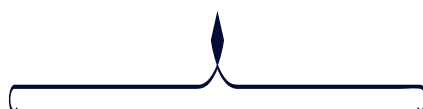
Izaias Antonio Sureck¹

Resumo: O ensino da história e cultura dos povos indígenas no Brasil ainda enfrenta desafios, especialmente no caso do povo Laklãnõ Xokleng, que possui representatividade limitada nas aulas de história. Este estudo investiga o uso do jogo educativo como recurso didático para promover aprendizagem significativa e engajamento dos estudantes. Foram identificados elementos culturais do povo Laklãnõ Xokleng, desenvolvidas atividades lúdicas e avaliados os impactos na compreensão histórica e cultural. Os resultados indicam que o recurso favorece a participação ativa, o respeito à diversidade cultural e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. O estudo contribui para a inovação pedagógica e a valorização da cultura indígena na educação.

Palavras-chave: Jogo educativo; Educação indígena; Laklãnõ Xokleng; História; Cultura.

Abstract: The teaching of the history and culture of indigenous peoples in Brazil still faces challenges, especially in the case of the Laklãnõ Xokleng people, who have limited representation in history classes. This study investigates the use of educational games as a teaching resource to promote meaningful learning and student engagement. Cultural elements of the Laklãnõ Xokleng people were identified, playful activities were developed, and the impacts on historical and cultural understanding were evaluated. The results indicate that the resource promotes active participation, respect for cultural diversity, and the development of cognitive and socio-emotional skills. The study contributes to pedagogical innovation and the appreciation of indigenous culture in education.

¹ Mestrando do Curso de Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU)



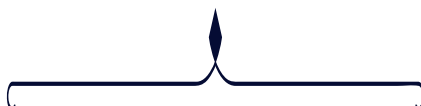
Keywords: Educational game; Indigenous education; Laklãnõ Xokleng; History; Culture.

INTRODUÇÃO

A educação escolar constitui um espaço privilegiado para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade histórica, social e cultural. Nesse cenário, o ensino da história e cultura dos povos indígenas assume papel central na valorização das identidades originárias e no enfrentamento da invisibilização e negação de saberes que, por séculos, foram marginalizados pelos currículos escolares. A obrigatoriedade da inclusão da temática indígena nos currículos da educação básica, conforme estabelece a Lei nº 11.645/2008, representa um importante avanço no reconhecimento da diversidade étnico-cultural brasileira. Contudo, sua implementação continua a enfrentar obstáculos relacionados à formação docente, à escassez de materiais didáticos específicos e à ausência de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis.

No caso do povo Laklãnõ Xokleng, localizado predominantemente no estado de Santa Catarina, sua trajetória histórica é marcada por processos de resistência, deslocamentos forçados e lutas pela preservação territorial e cultural. Essa realidade impõe a necessidade de estratégias pedagógicas que promovam a escuta, o diálogo e a valorização de seus saberes no espaço escolar. Estudos como os de Oliveira (2004), Gallois (1994), Paula (2015) e Santos (1997) revelam a complexidade da história e da cosmologia Laklãnõ Xokleng, frequentemente silenciadas pela educação formal. Resignificar essa presença é, portanto, um ato político e educativo que deve ser assumido pelas instituições escolares.

Nesse contexto, os jogos pedagógicos emergem como ferramentas potentes no processo de ensino-aprendizagem, especialmente por seu caráter lúdico, interativo e interdisciplinar. Segundo autores como Kishimoto (1999), Brougère (1998), Chateau (1987) e Macedo (2005), os jogos favorecem a construção de conhecimentos ao articular conteúdos escolares com o envolvimento ativo dos estudantes, respeitando diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Quando orientados por uma abordagem crítica e culturalmente situada, os jogos também contribuem para o desenvolvimento de



competências socioemocionais, o respeito à diversidade e a valorização das múltiplas formas de saber.

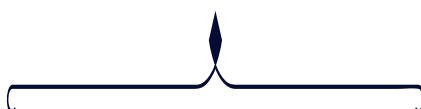
A escolha do jogo como ferramenta metodológica ancora-se também nos aportes de Piaget (1978), Vygotsky (2007) e Flores (2020), que compreendem o lúdico como eixo estruturante do desenvolvimento cognitivo e social. Além disso, pesquisas recentes, como as de Oliveira (2021), Ferreira (2001) e Costa (2020), reforçam a importância da educação intercultural e do reconhecimento dos modos próprios de existência e aprendizagem dos povos indígenas, destacando a relevância de metodologias que envolvam os estudantes de forma significativa e crítica.

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representou um marco na luta pelo reconhecimento da diversidade étnico-cultural no espaço escolar brasileiro, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas nos currículos da educação básica. Contudo, a efetivação dessa legislação ainda enfrenta inúmeros entraves, sendo recorrentes práticas pedagógicas que reproduzem visões estereotipadas, fragmentadas ou descontextualizadas acerca dos povos originários, reduzindo a riqueza de suas culturas a abordagens superficiais e episódicas.

No contexto catarinense, a invisibilidade do povo Laklãnõ Xokleng no ambiente escolar é uma realidade que reflete a persistência de processos históricos de apagamento e exclusão simbólica. Mesmo presentes no território estadual, os Laklãnõ Xokleng permanecem pouco conhecidos pelas gerações mais jovens, inclusive entre estudantes da Escola de Educação Básica Padre João Stolte, situada no município de Botuverá/SC, onde a cultura e a história desse povo raramente são tematizadas de forma significativa no ensino de História.

Frente a esse cenário, torna-se imperativo investigar alternativas metodológicas que favoreçam práticas educativas comprometidas com a valorização dos saberes indígenas, a construção de uma consciência crítica e a promoção de uma educação intercultural efetiva. Nesse sentido, a utilização de jogos pedagógicos desponta como uma possibilidade didática inovadora, capaz de dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, envolver os estudantes de maneira ativa e proporcionar uma aproximação crítica e sensível aos conhecimentos dos povos originários.

Considerando tais elementos, a presente pesquisa se propõe a responder à seguinte questão:



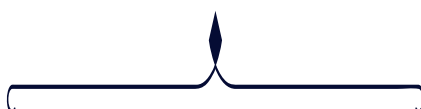
Como a utilização de um jogo de tabuleiro pode contribuir para a valorização da história e cultura do povo Laklãnõ Xokleng no ensino de História no 7º ano do Ensino Fundamental, promovendo a ressignificação dos saberes indígenas no espaço escolar e favorecendo uma prática educativa intercultural e crítica?

Deste modo, este estudo tem como objetivo geral investigar de que maneira a utilização de um jogo de tabuleiro pode atuar como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem da história e cultura do povo Laklãnõ Xokleng, junto a estudantes e professores do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Padre João Stolte, no município de Botuverá/SC, promovendo a valorização dos saberes indígenas, a construção de práticas educativas interculturais e a reflexão crítica sobre o currículo escolar.

A presente pesquisa justifica-se pela urgência de promover abordagens pedagógicas que valorizem e integrem os saberes do povo Laklãnõ Xokleng no ambiente escolar, reconhecendo-os como sujeitos históricos e contemporâneos, cuja presença e contribuição cultural seguem marginalizadas nos espaços formais de ensino. A promulgação da Lei nº 11.645/2008, ao estabelecer a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, constitui um marco relevante no campo das políticas educacionais. No entanto, sua implementação prática ainda enfrenta obstáculos significativos, como a escassez de materiais didáticos apropriados, a formação docente insuficiente e a permanência de abordagens pedagógicas descontextualizadas, que pouco dialogam com a diversidade sociocultural brasileira.

A proposta fundamenta-se ainda em uma perspectiva intercultural e decolonial de educação, que visa superar a hierarquização dos saberes e a reprodução de epistemologias eurocentradas que historicamente marcaram o currículo escolar. Referências como Gallois (1994), Paula (2015), Costa (2020), Oliveira (2021) e Ferreira (2001) reforçam a importância de práticas educativas que dialoguem com os territórios, memórias e identidades dos povos indígenas, promovendo uma escola mais plural, democrática e socialmente comprometida.

Assim, este estudo busca contribuir com a qualificação do ensino da cultura indígena no



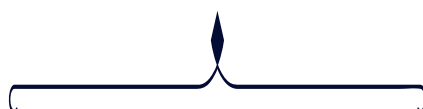
Ensino Fundamental, fortalecendo práticas pedagógicas críticas, reflexivas e transformadoras, que reconheçam a diversidade cultural como elemento constitutivo da história brasileira e condição fundamental para uma educação orientada pela justiça social.

IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CULTURAIS DO POVO LAKLÃÕ XOKLENG QUE PODEM SER ABORDADOS EM JOGOS EDUCATIVOS

O primeiro passo para utilizar o jogo como recurso didático no ensino da história e cultura do povo Laklãõ Xokleng é compreender de maneira aprofundada seus elementos culturais. Isso inclui aspectos como a língua, rituais, tradições orais, práticas de subsistência e formas de organização social. Conforme Carneiro (2015), conhecer esses elementos é fundamental para que o professor possa selecionar conteúdos relevantes, garantindo que as atividades reflitam a realidade do povo e promovam uma aprendizagem contextualizada e significativa.

A história do povo Laklãõ Xokleng destaca sua resiliência e seus esforços para preservar sua identidade cultural, apesar das pressões externas. Silva e Andrade (2018) enfatizam a importância da manutenção de valores e costumes tradicionais para garantir a continuidade de sua memória coletiva, que pode ser efetivamente incorporada às atividades educacionais. Narrativas orais e mitos desempenham um papel vital na transmissão do conhecimento tradicional sobre a natureza, a comunidade e a espiritualidade; transformar essas histórias em jogos interativos pode aprimorar a compreensão e o engajamento dos alunos com a cultura indígena.

A música, a dança e as expressões artísticas do povo Laklãõ Xokleng proporcionam valiosas oportunidades pedagógicas, aprimorando o aprendizado sensorial e prático, conforme sugerido por Freire (1996). A incorporação desses elementos culturais em jogos educativos pode promover o engajamento, o interesse e o respeito dos alunos pela cultura indígena. Além disso, a observação de símbolos, objetos e técnicas artesanais tradicionais é crucial para a criação de atividades autênticas que evitem estereótipos e superficialidade, promovendo, assim, uma compreensão mais profunda da



vida cultural e simbólica da comunidade Laklãnõ Xokleng.

A participação de lideranças indígenas e especialistas culturais é indispensável nesse processo. Fischer e Guimarães (2022) ressaltam que a orientação de representantes do próprio povo assegura que os conteúdos abordados nos jogos sejam tratados com precisão, ética e sensibilidade, evitando a reprodução de informações incorretas ou descontextualizadas. Essa interação fortalece o respeito à cultura e valoriza os saberes tradicionais.

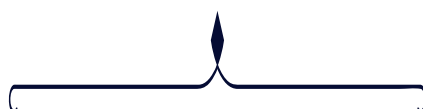
É igualmente importante que o professor planeje atividades que despertem curiosidade e engajamento. Silva, Otani e Kruehl (2020) destacam que a combinação entre ludicidade e aprendizado permite que os alunos compreendam melhor os conceitos históricos e culturais, ao mesmo tempo em que se envolvem de maneira ativa, participativa e prazerosa, tornando a aprendizagem mais efetiva.

A inclusão de elementos do cotidiano, como técnicas de caça, pesca, confecção de utensílios e organização comunitária, também contribui para a compreensão da vida prática do povo Laklãnõ Xokleng. Segundo Carneiro (2015), quando os alunos interagem com esses saberes de maneira lúdica, eles desenvolvem uma compreensão mais profunda do contexto cultural, fortalecendo a empatia e o respeito pelos modos de vida indígenas.

Além dos aspectos práticos, é necessário que o jogo explore a dimensão simbólica e espiritual da cultura Laklãnõ Xokleng. Pimenta (2010) destaca que rituais e cerimônias representam valores centrais e significativos, que podem ser adaptados para atividades educativas de forma ética, aproximando os estudantes de aspectos intangíveis da cultura e fomentando a compreensão do significado social e comunitário dessas práticas.

Outro ponto relevante é a narrativa da história do povo Laklãnõ Xokleng em relação à colonização e aos processos de resistência cultural. Silva e Andrade (2018) observam que atividades lúdicas podem abordar eventos históricos de forma crítica e reflexiva, permitindo que os alunos compreendam os desafios enfrentados e reconheçam a importância da preservação da memória coletiva.

A linguagem utilizada nos jogos deve respeitar a cultura e a identidade do povo Laklãnõ



Xokleng. Freire (1996) afirma que a escolha de palavras, expressões e símbolos deve ser cuidadosa, para que os estudantes absorvam informações corretas e desenvolvam uma visão positiva e respeitosa sobre a cultura indígena.

A integração de conteúdos visuais, como mapas, ilustrações e fotografias de objetos culturais, contribui para a compreensão dos elementos estudados. Cardoso e Mello (2021) enfatizam que recursos visuais ajudam a contextualizar o aprendizado, tornando o conhecimento mais acessível e concreto para os alunos.

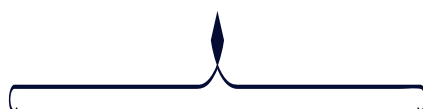
A avaliação contínua do interesse e da participação dos estudantes também é necessária. Fischer e Guimarães (2022) destacam que observar a receptividade dos alunos às atividades lúdicas permite ajustes pedagógicos que tornam o aprendizado mais efetivo, aumentando a compreensão e o engajamento cultural.

É essencial planejar atividades que promovam cooperação entre os estudantes. Silva, Otani e Kruehl (2020) afirmam que jogos colaborativos incentivam o trabalho em equipe, a comunicação e a empatia, habilidades fundamentais tanto para o aprendizado acadêmico quanto para o desenvolvimento social e emocional dos alunos.

Além disso, as atividades lúdicas devem permitir múltiplas formas de participação, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades de se expressar, questionar e refletir. Carneiro (2015) destaca que ambientes educativos participativos favorecem o pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento.

A contextualização histórica também é necessária para que os alunos compreendam a trajetória do povo Laklãnõ Xokleng e seus desafios contemporâneos. Silva e Andrade (2018) ressaltam que relacionar passado e presente torna o ensino mais significativo, conectando o conteúdo escolar à realidade social e cultural do Brasil.

Por fim, o capítulo reforça que a identificação dos elementos culturais é a base de qualquer atividade lúdica significativa. Pimenta (2010) e Cardoso e Mello (2021) afirmam que sem esse conhecimento, os jogos correm risco de serem superficiais ou descontextualizados, comprometendo



tanto a aprendizagem quanto o respeito à cultura do povo Laklãnõ Xokleng.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DECOLONIALIDADE: RECONHECENDO OS SABERES INDÍGENAS

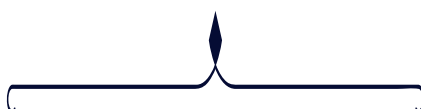
A construção de uma educação intercultural crítica representa um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, compromissos ético-pedagógicos no contexto da escola brasileira. Não se trata apenas de incluir conteúdos sobre povos indígenas no currículo, mas de reconfigurar as formas como o conhecimento é construído, legitimado e transmitido no espaço escolar. Essa perspectiva exige o reconhecimento dos povos originários como sujeitos históricos, contemporâneos e detentores de saberes próprios, inseparáveis de suas práticas, territórios e cosmologias.

No caso do povo Laklãnõ Xokleng, cuja presença se estende no território catarinense, a invisibilidade de seus saberes no currículo escolar reflete o legado de uma lógica monocultural e eurocentrada que historicamente excluiu epistemologias indígenas dos espaços formais de ensino. A superação desse quadro demanda práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre diferentes matrizes culturais, reconhecendo os saberes indígenas como legítimos, atuais e relevantes para a formação de todos os estudantes.

Nesse sentido, Gersem Baniwa (2022), intelectual indígena e doutor em antropologia social, destaca que:

A escola precisa deixar de ser um espaço de imposição da cultura dominante sobre os povos indígenas para se tornar um espaço de encontro entre saberes. Não se trata de folclorizar ou exaltar a diferença como curiosidade, mas de reconhecer que os conhecimentos indígenas são sistemas complexos de entendimento do mundo, profundamente enraizados em relações com a natureza, com os espíritos, com os ciclos do tempo e da vida. (BANIWA, 2022, p. 57)

Essa concepção nos permite compreender que a valorização da cultura Laklãnõ Xokleng



na escola não pode se restringir à presença ocasional em datas comemorativas ou à reprodução de estereótipos. É necessário que esses saberes sejam incorporados de forma contínua, transversal e significativa, respeitando seus modos próprios de existência e aprendizagem.

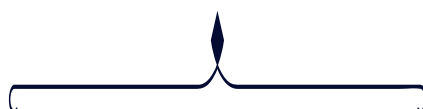
A interculturalidade crítica, nesse contexto, constitui um caminho potente para a transformação das relações pedagógicas e curriculares. Não basta inserir a “diferença” no sistema; é preciso questionar o próprio sistema que hierarquiza os saberes. Como afirma Catherine Walsh (2019), uma das principais teóricas do pensamento decolonial na América Latina:

A interculturalidade crítica é um projeto político, ético e pedagógico que busca dismantellar os pilares da monoculturalidade, da colonialidade do saber e do poder. Ela propõe um diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, não para assimilá-los, mas para reconhecer sua dignidade, suas epistemologias, suas formas de produzir vida e sentido. A escola, nesse processo, pode deixar de ser um espaço de domesticação e tornar-se um espaço de libertação. (WALSH, 2019, p. 33)

A proposta do jogo pedagógico Caminhos Laklãnõ, inserido nesta pesquisa, articula-se a essa concepção de interculturalidade crítica ao propor uma prática didática que promova a escuta, a empatia e o engajamento ativo dos estudantes com os saberes do povo Laklãnõ Xokleng. Trata-se de uma experiência que rompe com a lógica do “ensinar sobre o outro” e propõe um “ensinar com o outro”, abrindo espaço para o diálogo intercultural como processo horizontal e ético.

Além disso, como aponta Oliveira (2021), professora e pesquisadora da Universidade Federal de Goiás, as cosmologias indígenas não podem ser tratadas como conteúdos exóticos ou periféricos, mas como parte estruturante de projetos educativos que se abrem à diversidade epistêmica:

As cosmologias indígenas nos ensinam que o mundo não é feito apenas de matéria, mas também de ancestralidade, espiritualidade e memória. Quando essas dimensões entram na escola, elas não apenas ampliam o repertório cultural dos estudantes, mas também colocam em xeque as formas ocidentais de organizar o saber. Reconhecer o valor dessas cosmologias é um passo fundamental para uma educação que seja, de fato, democrática e inclusiva. (OLIVEIRA, 2021, p. 88)



Nesse sentido, o uso do jogo como linguagem pedagógica possibilita uma mediação potente entre os saberes escolares e os saberes indígenas, promovendo o reconhecimento da cultura Laklãnõ Xokleng como parte legítima da história e do presente da sociedade brasileira. A escola, ao assumir esse compromisso, contribui para a construção de sujeitos mais críticos, empáticos e conscientes da diversidade que compõe o tecido social do país.

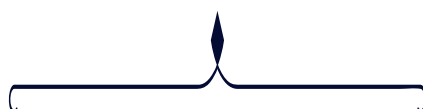
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES LÚDICAS E SUA EFICÁCIA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENGAJAMENTO E APRENDIZADO DOS ESTUDANTES NOS CONTEÚDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

O texto enfatiza a transformação do conhecimento da cultura do povo Laklãnõ Xokleng em atividades lúdicas e envolventes que promovam a aprendizagem ativa. Destaca a eficácia do uso de jogos, como jogos de tabuleiro e quizzes interativos, para explorar histórias e valores tradicionais, tornando a aprendizagem mais significativa e promovendo a empatia. Além disso, dramatizações e dramatizações são estratégias recomendadas que ajudam os alunos a vivenciar na prática e compreender melhor as tradições, os rituais e o contexto histórico da comunidade.

Além disso, jogos colaborativos podem incentivar a cooperação e o trabalho em equipe. Silva, Otani e Kruehl (2020) afirmam que atividades em grupo promovem habilidades socioemocionais, como comunicação, empatia e respeito à diversidade cultural. Por meio de tarefas conjuntas, os alunos aprendem a valorizar diferentes perspectivas e a construir conhecimento de forma coletiva.

A música, a dança e as expressões artísticas podem ser incorporadas aos jogos para enriquecer a experiência sensorial. Segundo Cardoso e Mello (2021), envolver os alunos em atividades que exploram sons, movimentos e símbolos culturais facilita a compreensão de aspectos intangíveis da cultura Laklãnõ Xokleng e promove maior engajamento.

Mapas, imagens, textos curtos e objetos culturais podem ser utilizados como recursos



complementares nas atividades lúdicas. Fischer e Guimarães (2022) afirmam que esses materiais ajudam a contextualizar o conhecimento, permitindo que os estudantes visualizem e relacionem os conteúdos aprendidos com a realidade cultural do povo indígena.

É essencial que o professor conduza as atividades de forma mediada, garantindo que o conteúdo seja transmitido com precisão e sensibilidade cultural. Pimenta (2010) destaca que o papel do docente é fundamental para contextualizar o conhecimento e orientar os estudantes, promovendo respeito às tradições e valores do povo Laklãnõ Xokleng.

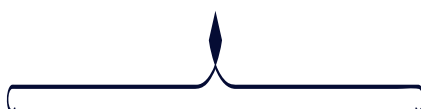
É importante variar os tipos de jogos e atividades para atender diferentes estilos de aprendizagem. Freire (1996) afirma que a diversidade de abordagens pedagógicas permite que todos os alunos se envolvam, seja por meio da prática, da reflexão ou da expressão artística, garantindo que a aprendizagem seja inclusiva e significativa.

A utilização de elementos simbólicos, como objetos artesanais, roupas tradicionais e ícones culturais, também enriquece as atividades. Cardoso e Mello (2021) destacam que esses recursos concretos ajudam os estudantes a internalizar conhecimentos e a compreender a importância cultural desses elementos no cotidiano do povo Laklãnõ Xokleng.

Questionários, quizzes e desafios podem ser usados para consolidar o aprendizado de maneira lúdica. Silva, Otani e Kruehl (2020) afirmam que avaliações interativas possibilitam ao professor medir a compreensão dos alunos e ajustar as atividades conforme necessário, garantindo que os objetivos pedagógicos sejam alcançados.

As atividades devem sempre valorizar a participação ativa dos alunos, estimulando perguntas, debates e reflexões. Fischer e Guimarães (2022) ressaltam que a construção do conhecimento é mais efetiva quando os estudantes são incentivados a expressar suas ideias, confrontar informações e propor soluções, fortalecendo o pensamento crítico.

O planejamento pedagógico para jogos deve considerar cuidadosamente a duração e a complexidade das atividades para manter a motivação dos alunos e garantir uma aprendizagem eficaz, equilibrando o desafio com a acessibilidade. A colaboração com líderes ou especialistas indígenas



é crucial para garantir a autenticidade cultural e evitar distorções, especialmente quando refletem o conhecimento tradicional. Além disso, as atividades devem ser adaptadas aos contextos sociais, culturais e pedagógicos específicos de cada sala de aula, com avaliação contínua do envolvimento dos alunos e dos resultados da aprendizagem para refinar e aprimorar as estratégias pedagógicas.

Avaliar a eficácia do jogo educativo é essencial para compreender seu impacto no aprendizado e no engajamento dos estudantes. Conforme Pimenta (2010), a observação direta das atividades permite identificar se os objetivos pedagógicos estão sendo alcançados e se os alunos estão assimilando os conteúdos de forma significativa. Essa análise possibilita ajustes e aprimoramentos nas estratégias pedagógicas.

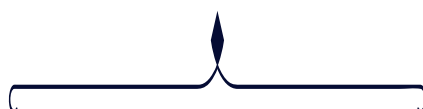
Outra estratégia de avaliação envolve a aplicação de questionários, entrevistas ou rodas de conversa após as atividades. Freire (1996) enfatiza que o diálogo com os estudantes permite compreender suas percepções sobre o aprendizado, os desafios enfrentados e os conhecimentos adquiridos, contribuindo para uma avaliação mais completa e participativa.

A análise do desempenho em atividades práticas, como quizzes, dramatizações ou simulações, também fornece informações importantes. Carneiro (2015) afirma que comparar resultados antes e depois do uso do jogo ajuda a medir a eficácia do recurso pedagógico e a identificar áreas que precisam de reforço ou adaptação.

Além do aprendizado cognitivo, é necessário observar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Cardoso e Mello (2021) destacam que jogos colaborativos promovem empatia, comunicação, cooperação e respeito à diversidade, competências essenciais para a formação integral dos estudantes e para a valorização cultural do povo Laklãnõ Xokleng.

A participação de representantes indígenas e especialistas culturais também contribui para uma avaliação mais precisa. Fischer e Guimarães (2022) ressaltam que o olhar de quem possui conhecimento profundo sobre a cultura permite verificar se os jogos são adequados, respeitosos e fiéis à realidade do povo Laklãnõ Xokleng, fortalecendo o aprendizado e a ética pedagógica.

Observar o engajamento ao longo do tempo é igualmente importante. Silva e Andrade (2018)



afirmam que a repetição e adaptação das atividades permitem identificar mudanças no interesse e na compreensão dos alunos, possibilitando ajustes contínuos para que o jogo continue sendo um recurso eficaz e estimulante.

Outro aspecto relevante é a análise do impacto do jogo na construção de conhecimento crítico. Pimenta (2010) observa que atividades lúdicas que promovem reflexão sobre eventos históricos e culturais incentivam os estudantes a questionar, comparar informações e desenvolver uma visão mais ampla e consciente sobre a história do povo Laklãnõ Xokleng.

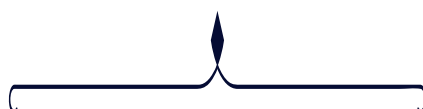
A avaliação do envolvimento emocional dos alunos também é essencial. Silva, Otani e Kruehl (2020) afirmam que a motivação, a curiosidade e a satisfação dos estudantes durante a atividade indicam se o recurso lúdico está despertando interesse genuíno e engajamento profundo, fatores que fortalecem a aprendizagem.

O uso de registros, como fotos, vídeos ou relatórios das atividades, complementa a avaliação. Carneiro (2015) destaca que documentar o processo de aprendizagem permite analisar de forma detalhada a interação dos estudantes com o conteúdo e identificar pontos fortes e fracos na execução dos jogos.

A adaptação das atividades com base na avaliação é fundamental. Cardoso e Mello (2021) afirmam que o retorno obtido a partir da observação e dos relatos dos alunos possibilita ajustar regras, objetivos e recursos utilizados, garantindo que o jogo permaneça eficaz e estimulante ao longo do tempo.

A reflexão conjunta com os estudantes sobre o que foi aprendido fortalece o processo avaliativo. Freire (1996) destaca que o diálogo pós-atividade permite aos alunos reconhecerem suas conquistas, identificarem dificuldades e compartilharem percepções, tornando a avaliação uma experiência de aprendizagem contínua.

O desenvolvimento de indicadores de avaliação claros, como compreensão de conteúdos, participação e habilidades socioemocionais, facilita a mensuração do impacto do jogo. Silva e Andrade (2018) afirmam que critérios objetivos ajudam o professor a ajustar estratégias e melhorar a eficácia



do recurso didático.

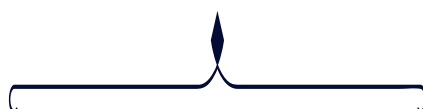
Além disso, a avaliação permite verificar se o jogo contribuiu para o fortalecimento do respeito à diversidade cultural. Pimenta (2010) destaca que a interação com elementos culturais autênticos promove empatia, valorização da memória indígena e consciência crítica sobre a preservação cultural.

Por fim, a avaliação evidencia que o jogo educativo vai além de um recurso de entretenimento. Cardoso e Mello (2021) concluem que, quando bem planejado e avaliado, ele se torna um instrumento pedagógico transformador, capaz de promover aprendizagem ativa, engajamento, valorização cultural e desenvolvimento integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade aprimora a compreensão dos alunos sobre os povos indígenas, promovendo o engajamento crítico com suas histórias e culturas, em consonância com a exigência legal de educação inclusiva estabelecida pela Lei nº 11.645/2008. Proporciona experiências de aprendizagem significativas que fomentam o diálogo, a empatia e o pensamento crítico, além de apoiar os professores na adoção de abordagens pedagógicas interculturais por meio de recursos teóricos e práticos. De modo geral, a pesquisa beneficia a prática e as políticas educacionais, contribuindo para a produção de materiais didáticos e promovendo a conscientização social, com impactos positivos nos participantes e na comunidade escolar em geral, sem representar riscos ou custos financeiros significativos.

O estudo destaca que jogos educativos são uma abordagem eficaz para o ensino da história e da cultura do povo Laklãnõ Xokleng, aumentando o interesse, o engajamento e a compreensão dos alunos por meio de atividades lúdicas culturalmente relevantes. Esses jogos não apenas aprimoram o conhecimento do conteúdo, mas também apoiam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, como memória, raciocínio, criatividade, cooperação e empatia, contribuindo para uma experiência educacional abrangente. O envolvimento ativo da comunidade escolar e de especialistas em cultura é essencial para garantir que os jogos sejam precisos, respeitosos e eticamente



apropriados, promovendo assim o respeito cultural e prevenindo deturpações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CARDOSO, A.; MELLO, B. Práticas pedagógicas e participação escolar: desafios na implementação da gestão democrática. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 3, p. 1-15, 2021.

FISCHER, L.; GUIMARÃES, R. Gestão escolar e participação comunitária: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, v. 43, n. 157, p. 200-220, 2022.

PIMENTA, S. G. *Gestão democrática da escola: fundamentos e práticas*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, J.; OTANI, M.; KRUEL, M. Políticas de gestão escolar e participação social: estudos de caso no Brasil. *Revista Educação em Debate*, v. 9, n. 2, p. 45-63, 2020.

SILVA, R.; ANDRADE, T. História e cultura indígena: ensino e aprendizagem. *Revista Pedagógica*, v. 15, n. 4, p. 55-70, 2018.

CARNEIRO, L. *Metodologias ativas e ensino da cultura indígena*. Florianópolis: EDUFSC, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

